

O MDA-MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E A EDUCAÇÃO “DO” CAMPO: ELEMENTOS PARA ENTENDER A QUESTÃO AGRÁRIA E A POLÍTICA EDUCACIONAL DO ESTADO BRASILEIRO PARA O MEIO RURAL NA ATUALIDADE

Marcos Antonio de **Oliveira** – UFSC

“Emulação: sentimento que incita a imitar ou a exceder outrem, em merecimentos ou virtudes; estímulo; rivalidade”. Dicionário-Mor da Língua Portuguesa, Everest: São Paulo, 1967.

1. Introdução

A despeito do tema educação “do” campo ter ganhado relevância entre os ditos movimentos sociais e a academia a partir principalmente de meados dos anos 1990, poucos são os estudos que buscam tratar da relação entre este suposto novo tipo de educação e o Estado. Na tentativa de elencar elementos para o debate desta relação, o artigo objetiva apresentar e analisar a educação do campo como componente da política de “reforma agrária integral” implementada atualmente pelo Estado brasileiro. A despeito de estar fortemente ancorada no que se denomina de Movimento Nacional por uma Educação do Campo, como demonstram vários autores (Caldart, 2004, Munarim, 2008, entre outros), onde a educação do campo encontra-se vincada nas perspectivas de vários movimentos sociais, o objeto deste artigo é analisar como a educação do campo é encarada, fortalecida e implementada pelo Estado brasileiro nas últimas gestões. Trata-se, portanto, de verificar as origens e sentidos da adoção desta política pelo agente estatal na sua relação com a questão agrária. Para isto, seleciona e discute a política agrária, ou de reforma agrária, ou de distribuição fundiária, implementada nos últimos anos no Brasil e demonstra a relação que esta possui com as perspectivas de educação implementadas por uma fração do Estado, aquela direcionada ao gerenciamento da crise da questão agrária no momento: o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Para isto, o artigo apresenta e analisa o recorte histórico da interpretação e gestão da questão agrária no Brasil. Inicialmente, com base nos estudos de Delgado (2005), revê os clássicos da questão agrária no Brasil, apresentando sua histórica fissura entre os grupos que, de um lado, trabalhavam com uma suposta origem feudal (Guimarães, 1968) e, de outro, os que trabalham com a perspectiva da origem já capitalista da sociedade brasileira (Prado Júnior, 1992). Sendo o regime de posse da terra fundamental no debate, demonstra como para o primeiro grupo seria necessária uma reforma estrutural neste e, para o segundo, como a questão agrária seria solucionada via adoção de técnicas de produção inovadoras no campo.

Esta perspectiva, se foi a dominante no debate de uma fração da esquerda brasileira, teve amplo apoio das classes dominantes no Brasil desde pelo menos o final dos anos 1950/início dos 1960, tendo em vista as produções do grupo da USP que, liderados por Antônio Delfin Neto, defendiam a modernização no campo brasileiro e o atendimento da crescente demanda por alimentos nas cidades com a adoção de modernas técnicas de produção, sem mexer no regime de posse da terra.

Demonstrando que esta perspectiva foi aquela adotada pelo Estado, o artigo discute como esta opção para a solução da questão agrária foi a implementada pelas gerências militares do Estado brasileiro no pós-1964 e continua sendo, atualmente, o fulcro da ação do Estado no gerenciamento das políticas para o agro no Brasil. Concordando com Delgado (2005) o artigo apresenta, assim, a política de “desenvolvimento agrário” da era Fernando Henrique (1995/02) e sua continuidade, a “reforma agrária integral” da gestão Luís Inácio (2003/08) como continuadoras da forma de gestão do agro no Brasil fundadas pelos militares na década de 1960.

A novidade em tempos de Luís Inácio (2003/08) na gestão do Estado refere-se ao fato de este aglutinar forças supostamente antagônicas no gerenciamento da questão agrária: de um lado os grandes empresários rurais/latifundiários e, de outro, uma fração dos trabalhadores rurais e suas lideranças que acreditam na implementação de um novo projeto para o campo brasileiro com base no fortalecimento de outro ator social: um agricultor familiar ou camponês. No fulcro, como se pode observar, sem mexer na questão da terra, apostando, portanto, que o mundo rural mudará com a implementação de políticas que permitam a estes agricultores adotarem novas técnicas de produção.

Disto resulta a gestão da questão agrária na era Luís Inácio e sua relação com a educação. Denominada de “reforma agrária integral”, a política pública passa a priorizar o que o MDA denomina de “qualificação dos assentamentos”. Ou seja, como não se trabalha na perspectiva de mexer na estrutura da posse da terra no Brasil, as políticas para o setor são orientadas para dizer que o que falta aos assentamentos são estruturas e condições para que estes se viabilizem e, assim, passam a ter o sentido de dotá-los de tais condições. Como estas dependem de tomadas de medidas pelo Estado, busca-se dotar os assentamentos de política de habitação, de saúde, de comercialização, de produção, etc.

Como se percebe, o passo seguinte é a adoção por parte do Estado de uma política de educação que seja também própria da reforma agrária e que se inclua na política de “qualificação dos assentamentos”. Como o artigo demonstrará, daí o sentido da educação para o MDA: constituir-se numa política de qualificação dos sujeitos para sua inserção produtiva num projetado novo mundo rural, com novas condições de vida e novas condições produtivas, e de empoderamento¹ dos sujeitos, como condição de sua assunção à condição de cidadão que exija seus direitos e, se este o desejar, a reforma agrária.

¹ O presente artigo utiliza o termo empoderamento na forma como o MDA a utiliza, ou seja, resumidamente, a capacidade de indivíduos de, em grupos e em foruns de decisões específicos, tomar atitudes que ultrapassem sua vivência individual e no horizonte do rompimento com o estabelecido. O artigo não entra na discussão de sua validade científica nem mesmo de seus pressupostos filosóficos/epistemológicos, dado que este não é o objetivo do mesmo. Para um aprofundamento sobre

Assim, o artigo demonstra como a política de educação do campo do MDA se integra às suas ações de reconversão dos processos produtivos no campo, visto como forma de superar a questão agrária na atualidade. No final, conclui-se que a educação do campo tem sido utilizada pelo Estado Federal, pelo menos nas propostas do MDA, para justificar a troca de uma política de reforma agrária com ampla distribuição de terras por uma que a busque por emulação. Ou seja, que significa a troca da luta objetiva pela tomada de terra do latifúndio pela conscientização que, no futuro, caso a sociedade deseje, trará a reforma agrária via políticas públicas.

2. A questão agrária no Brasil: da perspectiva feudal à capitalista/mudança da base técnica

A questão agrária no Brasil foi marcada, desde o início, pela preocupação na explicação da relação entre a forma de apropriação da terra e a formação da sociedade brasileira. Nesta interpretação, percebem-se continuidades e rupturas, mas pode-se dividir o questão entre o debate, de um lado, daqueles que defendem uma formação feudal da sociedade, oriunda de uma apropriação também feudal da posse da terra e, de outro, aqueles que propõem o nascimento do Brasil já como uma sociedade capitalista e, assim, um tipo de apropriação não feudal da terra.

Além de Gorender (1976), que fala em “escravismo colonial”, no primeiro grupo podem ser incluídos autores como Guimarães (1968), Basbaum (1976) e Sodré (1982), que falam em feudalismo. A posição deste grupo baseava-se, fundamentalmente, na interpretação do nascimento desta sociedade como oriundo do prolongamento da sociedade feudal européia. Segundo estes, os estertores do feudalismo na Europa e o fim dos privilégios das classes então dominantes naquele continente obrigou à ocupação do Brasil com o objetivo de instaurar, aqui, uma sociedade que mantivesse estes privilégios. Por conta disto, uma forma de posse do território em que esta era definida pela divisão de grandes porções de terras nas mãos de poucos indivíduos que acabavam definindo as formas de organização social. Desta organização, a formação de latifúndios e, em decorrência, uma sociedade em que os donos da terra acabavam definindo as estruturas de poder. Neste sentido, Faoro (2004) demonstra como o poder no Brasil derivava e deriva da posse da terra e, assim, controlando o acesso a esta, dominava a forma econômica e, assim, conformava o aparato do Estado e definia as leis.

Desta interpretação, o poder de Estado é formado para manter um tipo de estrutura econômica que faz do país um contínuo ofertante de produtos da terra demandados pelo mercado mundial. Daí a explicação dada por estes autores para o fato de o Brasil ter uma economia pautada em ciclos econômicos baseados no pau-brasil, na cana-de-açúcar, no café e mais modernamente, no trinômio soja/milho/trigo. Como se percebe, para esta interpretação há uma relação intrínseca entre o regime de posse da terra e o tipo de economia e poder existente no Brasil. Assim, a questão agrária constitui-se em mexer no regime de posse da

seu conceito ver HOROCHOVSKI, R. R. & MEIRELLES, G. &. Problematizando o conceito de empoderamento. In: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, Florianópolis, 2007.

terra para alterar o tipo de sociedade que se instala no Brasil. Ou seja, há a necessidade de acabar com o latifúndio para uma democratização maior da sociedade, ou acabar com o latifúndio para acabar com características feudais ou semi-feudais da sociedade brasileira. Nota-se que, neste caso, a questão da terra é fulcral para a mudança social no Brasil. Esta interpretação foi dominante no Brasil pelo menos até meados da década de 1960 entre os movimentos sociais, partidos políticos mais no espectro da esquerda e mesmo entre os intelectuais, na academia.

A partir desta época, entretanto, começa a produção teórica que altera este quadro. De um lado, para Prado Júnior (1987 e 1992), o Brasil não teria nascido feudal, como diagnosticava o primeiro grupo, mas já no momento de nascimento do mercantilismo e do capitalismo na Europa. Além do mais, e diferentemente do que dizia o primeiro grupo, para o referido autor no Brasil não existiam ou foram extintas as bases sociais pré-colombianas, que permitiriam a continuidade de relações servis, como o foram na história da ocupação da Ásia e África pelos europeus. Assim, o país já teria nascido não feudal, mas sim capitalista e, com isto, o caráter da ocupação e posse da terra no Brasil seria a produção de mercadorias e, portanto, a existência de relações sociais capitalistas no campo.

No mesmo sentido, principalmente a partir dos debates e produção de teóricos liderados por Antônio Delfin Neto na USP (Universidade de São Paulo), na mesma época há também a defesa de que a questão agrária no país não passava por uma estrutura atrasada de posse da terra, mas de oferta ou não de alimentos e, como há avanço técnico/científico no campo, tal questão passa a ser mais um problema de adoção ou não de técnicas modernas de produção por parte dos agricultores. Para este grupo, a questão agrária passava a ser, então, unicamente uma questão de técnicas de produção que, aumentando a produtividade da exploração agrícola, daria conta do atendimento da crescente demanda por alimentos decorrente do processo de urbanização/industrialização que então o Brasil passava.

Como lembra Delgado (2005), este passa a ser o elemento aglutinador do debate desde então, paradoxalmente, a partir daí, unindo a “esquerda” e a “direita” do espectro político². Se até aí o diagnóstico dos movimentos e dos partidos ditos “de esquerda” era de que a questão agrária passava pela reestruturação completa do regime de posse da terra para a transformação de uma sociedade semi-feudal para uma mais avançada, os trabalhos de Prado Júnior (1987 e 1992) de certa forma cimentaram um pensamento divergente dentro deste primeiro grupo. No outro lado, o diagnóstico de que o problema do agro, ou a questão agrária, era o da adoção de técnicas de produção mais modernas, amplamente favorável às classes latifundiárias por eximi-las do delito do aprisionamento da força produtiva da terra e justificar cientificamente sua ação política, foi amplamente utilizada pelas gerências civis/militares que se seguiram a 1964 no Estado brasileiro. Por conta disto, a aposta na modernização conservadora no campo e seus efeitos sobre a população e produção agrícola.

² Não se quer de forma alguma, aqui, responsabilizar unicamente Caio Prado Júnior pela união da “esquerda” e “direita” no que se refere à questão agrária no Brasil. Esta tarefa histórica deve ser debitada, também, na conta da igreja, em especial à Católica e à Luterana. Para um maior esclarecimento, é importante a leitura de Guimarães (2006), onde se delinea o ideário da igreja para o campo e sua influência sobre a atual esquerda oficial no Brasil.

3. A questão agrária sob Fernando Henrique (1995/2002) e Luís Inácio (2003/2010): o MDA e a reforma agrária por emulação

Delgado (2005), já disse que, na realidade, desde as gerências civis/militares instauradas no Brasil em 1964 a política para o campo tem sido o de negar a questão agrária via implementação de políticas que incentivassem a adoção de novas técnicas de produção como forma de aumentar a oferta de alimentos. Ou seja, desde 1964, as estratégias dos grupos dominantes no Estado brasileiro tem sido a de incentivar a inovação técnica e escamotear a questão agrária via negação da necessidade de reestruturação no regime de posse da terra.

Dos anos 1970 até o final dos anos 1990 tal estratégia já foi estudada pela academia, resultando naquilo que autores qualificaram como “modernização conservadora” no campo, ou o que Graziano da Silva (1996) qualifica de “nova dinâmica da agricultura brasileira”. Ou seja, seu domínio cada vez maior por grupos industriais à jusante à montante deste setor, com intensificação tecnológica e aumento da produção. Com isso, há concentração da estrutura produtiva naqueles estabelecimentos que conseguem adequar-se aos novos padrões técnicos e a redução da necessidade de mão-de-obra trabalhando diretamente nas atividades agrícolas. Em consequência, a redução do número de estabelecimentos e uma tendência a um rural menos agrícola e mais pluriativo³.

Esta tendência de negar a existência da luta pela terra, entretanto, tem seus limites impostos pela história, uma vez que há um número significativo de agricultores sem-terra, pobres e semi-proletarizados que exigem políticas do Estado para a mudança de suas condições de vida. Da mesma forma, há um grupo crescente de agricultores com terra que têm suas condições de vida cada mais dificultadas com o avanço das novas técnicas de produção nas cadeias dos produtos com os quais trabalham e, assim, passam a demandar tomadas de posição do Estado quanto à questão da distribuição de terras. Desta forma, a partir da gerência Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), o Estado passa a adotar políticas para o campo que podem ser divididas em dois grandes grupos. De um lado, para os grandes agricultores, fora os corriqueiros perdões de suas dívidas, a isenção fiscal via queda do ICMS para a exportação de produtos básicos (onde estão os produtos agrícolas) e os elevados investimentos em infra-estrutura rodoviária e portuária, claramente direcionados ao barateamento do custo de exportação. De outro lado, para os pequenos agricultores, lança programas de reconversão produtiva e financiamento a juros mais baixos (caso do Pronaf-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o financiamento de terra também a juros mais baixos que aqueles de mercado. Estes últimos constituem-se nos Programas Banco da Terra e Cédula da Terra. Tais Programas até conseguiram obter certo êxito em seus objetivos, haja vista que no final da gerência Fernando Henrique havia aproximadamente 400 mil contratos de Pronaf, com um volume de liberações em crédito de custeio que chegava a aproximadamente R\$ 2 bilhões na safra 2002/03.

³ Tema controverso e muito explorado na academia e pelas políticas do Estado atualmente, mas, simplificadamente, trata-se da tendência de, com a redução da necessidade de trabalho vivo na agricultura e, conseqüentemente, a criação de excedente de mão-de-obra no campo, os agricultores passarem a se dedicar a outras atividades que não as agrícolas propriamente ditas.

Pode-se dizer, assim, que a política agrária de Fernando Henrique, condicionada ao atrelamento da economia aos novos circuitos de capital, que exigia o Brasil como local de produção e até processamento de alguns produtos até então proibidos de serem comprados por outros mercados (casos, por exemplo, de carne e leite pela União Européia), exprimiu-se, de um lado, na adoção de políticas de incentivo à produção e exportação de produtos tradicionais e novos, que poderiam ser melhor produzidos em grandes estabelecimentos (soja, milho, trigo, cana/açúcar/etanol, madeira, carnes, por exemplo) e, de outro, na busca da conformação produtiva dos pequenos estabelecimentos, a partir de meados da década de 1990 denominados de estabelecimentos de “agricultura familiar”. Subsidiariamente, para o mesmo público, busca-se criar um “mercado de terras” para buscar aplastar sua histórica demanda por terra. Na essência, nota-se a continuidade da gestão da questão agrária via busca da adoção de novas técnicas de produção e a negação da necessidade de alteração na estrutura da posse da terra, tradição no Brasil desde pelo menos meados da década de 1960, como visto acima.

Em 2003 inicia-se uma nova gerência no Estado brasileiro, desta vez sob os auspícios de Luís Inácio Lula da Silva, que dura até 2010. No plano de sua política agrária, devem ser destacados, desde a campanha, a perspectiva de que seria possível um “rural com qualidade de vida para todos”, com espaço de convívio entre a grande exploração agrícola, ou o agronegócio, e a denominada agricultura de base familiar. Na prática, esta se transforma por dois mandatos (oito anos) numa política que em essência significa a continuidade do anunciado e praticado na gestão anterior, por Fernando Henrique: de um lado a continuidade da implementação de políticas de incentivo aos grandes empreendimentos agrícolas e, de outro, a continuidade das políticas para o incentivo à dita agricultura de base familiar. No primeiro grupo podem ser citadas a criação de novos e mais complexos instrumentos privados de comercialização (Warrant Rural, Contrato de Opção de Venda Privado, entre outros). No segundo grupo, merecem destaque a ampliação dos contratos e volume de recursos do Pronaf, que na safra 2010/11 atingem R\$ 12 bilhões, na criação do Proagro Mais (Seguro de Safra e Preços para a Agricultura dita Familiar) e uma melhor adequação da política de comercialização para os agricultores ditos familiares. Isto se dá a partir da criação de Programas de comercialização específicos para este público, como é o caso do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar) e da recomendação e facilitação para que este tipo de agricultor seja o fornecedor preferencial dos produtos da alimentação escolar, a partir da utilização dos recursos do PNAE/FNDE (Programa Nacional de Alimentação Escolar/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

No que diz respeito à questão agrária propriamente dita, há também uma adequação melhor de Programas até então geridos pelo Estado (Banco da Terra e Cédula da Terra) no sentido de melhor adaptá-los ao seu público alvo, como a redução das taxas de juros e aumento dos prazos de carência e de pagamento. Entretanto, o inovador nesta política começa a se desenvolver naquilo que o Estado, a partir do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), órgão responsável pela “reforma agrária” no governo federal, passa a denominar de “reforma agrária integral”.

O MDA foi criado em 1999 na então gerência Fernando Henrique Cardoso para tornar-se um órgão mediador da questão agrária no Brasil, haja vista a significativa influência que

estava ganhando na sociedade brasileira a questão da terra nos anos 1990. Esta gestão, entretanto, continua a ser a de permitir o desenvolvimento do campo, principalmente o da denominada agricultura familiar. A opção do MDA é pela construção de um mundo rural onde a agricultura familiar tem papel de destaque por supostamente representar o tipo de agricultura que gera mais renda e mais oportunidades de geração de ocupações no campo. No limite, representa a possibilidade, para este Ministério, de uma maior distribuição de renda no campo. Para dar conta disso, o MDA se estrutura atualmente em três Secretarias: a SAF – Secretaria da Agricultura Familiar, a SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial e a SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário. Em todas estas Secretarias, há a intenção da busca de um novo padrão de desenvolvimento para o agro, nos moldes do “desenvolvimento rural sustentável”, ou do “desenvolvimento local” e/ou do “desenvolvimento territorial”. Todos estes “tipos” de desenvolvimento ocorrem com a articulação de um suposto novo ator, o agricultor familiar. O MDA articula estas secretarias como mecanismos de buscar produzir um agricultor que se insira no mercado, ou seja, que se torne um empreendedor, um pequeno capitalista. Além disto, merece destaque também a ação das Agências Multilaterais, principalmente o Banco Mundial e a FAO (Food and Agriculture Organization), que recomendavam desde meados dos anos o 1990 a focalização das políticas e o combate à pobreza, no caso do primeiro, e o estímulo a um novo tipo de agricultor, de base familiar, como forma de construir um novo mundo rural, no caso do segundo.

Na questão agrária, a estratégia do MDA sob a gerência Luís Inácio passou a ser o da implementação da reforma agrária integral. Isto, na realidade, significou uma diferença para o que propunha a gerência Fernando Henrique: se esta propunha política agrícola para os agricultores familiares e o mercado como forma de redistribuição de terras, a gerência Luís Inácio inova dizendo que é necessário qualificar os assentamentos, conforme deliberação do Condraf-Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar. (Brasil, 2007)

Ou seja, há a necessidade, antes de buscar aumentar no número de assentamentos, melhorar a qualidade de vida dos assentados naqueles já existentes. Ou seja, há a necessidade de colocar à disposição dos assentados “políticas públicas” de saúde, habitação, transporte, etc, inclusive de educação, que melhore a qualidade de vida destes. Esta estratégia começa a ser definida pelo MDA, pelo menos de forma pública, no I Seminário Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento, ocorrido em Porto Alegre em 2006, onde o então ministro Miguel Soldateli Rosseto deixa transparecer esta idéia. De parte do MDA, esta estratégia continua em suas atividades de formatação da participação da chamada “sociedade civil organizada” e dos “movimentos sociais” em foruns supostamente de articulação e deliberação de políticas (REAF-Reunião Especializada em Agricultura Familiar, por exemplo) e no trabalho com ações afirmativas para grupos minoritários, como é o caso dos quilombolas, quebradeiras de coco e demais “comunidades tradicionais”, segundo sua nomenclatura, como também recomenda o Condraf. (Brasil, 2007)

O MDA, assim, trabalha com a perspectiva do “empoderamento” dos sujeitos do campo para sua participação ativa na política e no debate sobre o desenvolvimento para que estes, organizados, possam lutar e exigir a reforma agrária.

4. Questão agrária e educação para o MDA: reforma agrária integral e educação do campo

Como visto anteriormente, a ação do MDA para a questão agrária é a aposta num novo tipo de agricultor, o agricultor familiar, como motor de um novo tipo de desenvolvimento, bem como na aposta no empoderamento dos sujeitos do campo para que estes, autônomos e ciosos de seus direitos, se assim o desejarem, exijam a reforma agrária. Tal estratégia surge da constatação deste Ministério, durante a gestão Luís Inácio, de que a reforma agrária não é mais, segundo este, um “imperativo do desenvolvimento”. De acordo com o Ministro Guilherme Cassel:

“Não basta hoje apenas reafirmar a necessidade da reforma agrária, é preciso expor com clareza as implicações da democratização do acesso à terra sobre o tipo de desenvolvimento que se quer para o país. Isso significa compreender que a reforma agrária não pode ser vista como um imperativo do desenvolvimento, como demonstra a própria experiência brasileira. (.....) Se a reforma agrária não pode ser vista como um “imperativo do desenvolvimento”, ela deve ser percebida como uma escolha democrática da sociedade”. (MDA/NEAD, 2008, p. 5)

Como pode ser percebida, apesar de eufemisticamente defender a necessidade de reforma agrária, o Ministro do MDA, na gestão Luís Inácio, Guilherme Cassel, defende a tese de que não há mais necessidade desta no Brasil pois, segundo ele, cresceu e aumentou a oferta de alimentos sem democratizar o acesso à terra. Ou seja, se para o desenvolvimento não é necessária tal reforma, cabe à sociedade, se esta quiser, no futuro, dependendo da vontade dos “povos do campo” e dos outros setores sociais, decidir realizá-la. Mas note que disto não depende a produção de alimentos ou o crescimento econômico do país, estando mais afeito, neste caso, a uma opção que, para o MDA, estará ou não na “agenda democrática” da futura sociedade brasileira. Ou seja, para o MDA acabou a questão agrária no Brasil.

Por conta deste diagnóstico e desta opção teórica/ideológica, a ação possível, para o MDA, é o empoderamento dos sujeitos para que possam tomar as posições possíveis no futuro. Como diz o Ministério:

“Neste sentido, ela de ser produzida pelas vozes interessadas na ampliação dos debates sobre o desenvolvimento nacional e questão agrária, tanto para uma abordagem que vê como possível uma atualização da questão agrária clássica ou como para as que se abrem à construção de uma nova questão agrária no Brasil. (.....) Não só camponeses nem só trabalhadores rurais. A disputa da terra inclui quilombolas, indígenas e muitas outras comunidades”. (MDA/NEAD, 2008, p. 36)

Neste sentido, fica claro que a opção do MDA é, na abordagem que se “abre para uma nova questão agrária”, via empoderamento dos sujeitos, a negação da reforma agrária via tomada de terras e a tentativa de sua construção via emulação, ou seja, via exemplo. Empoderam-se os sujeitos do campo e, se estes quiserem, exigirão a reforma agrária quando estes desejarem, se o desejarem. Portanto, não há como justificar a tomada e distribuição de terras. Por conta disto, percebe-se que esta opção do Ministério é a forma de justificar uma posição política que prega a impossibilidade de um amplo programa de distribuição de terras no Brasil.

Por conta disto se entendem as ações do MDA nos últimos anos. De um lado a busca do fortalecimento de um agricultor familiar e, de outro, a intensificação de Programas de fortalecimento dos atores dentro de um território, como o Programa dos Territórios Rurais, ou o PPIGRE (Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, o PAA-Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, etc).

Aqui entra em cena as políticas destinadas à educação em sua ligação com a “política de reforma agrária integral”. Isto porque, para o MDA, claramente seu interesse pela educação do campo se coloca no tema do desenvolvimento rural sustentável, como forma de empoderar politicamente e capacitar tecnicamente os denominados sujeitos e povos do campo. Do ponto de vista de ações, a relação entre educação e o desenvolvimento territorial e o fortalecimento técnico para o empoderamento da agricultura familiar pode ser verificado na existência, no MDA, de uma gerência de Educação e Desenvolvimento, responsável pela gerência de Programas, neste Ministério, como o Saberes da Terra. No mesmo sentido, podem ser citadas, ainda, a inserção do tema da educação nas discussões do Condraf-Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar. Neste sentido, merece destaque a criação de uma Câmara Técnica deste com o tema da Educação do Campo.

Além disto, a ação do MDA na educação ocorre também na relação que este dá e vê entre esta e suas propostas de Ater-Assistência Técnica e Extensão Rural. De acordo com o MDA: “O diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Argileu Martins de Lima, participa, de 22 a 24 de setembro, na cidade de Lima, no Peru, do IX Congresso Mundial de la AIMFR: Educación em Alternância para el Desarrollo Rural . Silva, que estará representando o MDA, vai abordar o tema: La educación rural y su impacto en el desarrollo local”. (MDA, 2010)

Cabe aqui lembrar que a AIMFR são as iniciais de Associazione Internazionale dei Movimenti Familiari per la Formazione Rurale (Associação Internacional do Movimento Familiar para a Formação Rural), um dos braços do Movimento Internacional das Casas Familiares Rurais. Este movimento, nascido na Europa (Itália e França), trabalha, desde a década de 1930, na perspectiva da criação de uma escola específica para as populações rurais, consideradas por elas como fundamentais para a continuidade das condições de vida das populações destas regiões. Para isto, e chegando no Sudeste e Nordeste brasileiro na década de 1960 e no Sul do Brasil (Barracão/PR) no final dos anos 1980, as Casas Familiares Rurais, no Sul, ou Casas Famílias Agrícolas, nas outras Regiões brasileiras, como demonstra Forgeard (1999), trabalham com a perspectiva da formação escolar junto com a adequação da escola ao meio onde vivem, haja vista que vêem na escola uma das maneiras de modificar o meio em que os alunos se situam. Portanto, há uma interligação direta entre o conteúdo escolar e o ensino de práticas e técnicas agrícolas e agrosilvipastoris, com vistas a melhorar a qualidade do trabalho no meio rural. Ou seja, a AIMF é a expressão mais objetiva de como conseguir a ligação direta e imediata da educação com o pragmatismo do trabalho no campo. O fato do diretor técnico da Ater no MDA participar de um encontro desta associação para falar do impacto da educação no desenvolvimento local é emblemático, fala por si só.

Além disto, o MDA teve ações em projetos de educação que na realidade juntavam formação básica, com Ater e formação profissional a partir de projetos específicos. Neste caso, deve-se mencionar o Programa Saberes da Terra que, implementado a partir de 2004, articulando os Ministérios da Educação, do Trabalho, da Cultura e do Desenvolvimento Agrário, representava para este último, de acordo com Brasil (2004), a possibilidade de elevar a qualificação dos trabalhadores rurais e ou agricultores familiares e sua inserção numa atividade geradora de emprego e renda nas regiões onde estes se encontravam.

A participação do MDA num projeto como este também é emblemático, com a educação tendo um objetivo claro: capacitar tecnicamente os trabalhadores rurais e empoderá-los para os desafios de uma reforma agrária que virá por emulação, não por um maciço programa de distribuição de terras no Brasil.

5. À guisa de conclusão

O presente artigo buscou demonstrar como a educação do campo é utilizada pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) como forma de justificar a posição do governo de não redistribuir amplamente a posse da terra no Brasil.

Para isto, historiou as grandes correntes de interpretação teórica da questão agrária brasileira, dividindo-os entre os que defendiam a origem feudal da sociedade brasileira como oriunda do regime sesmarial da posse da terra, de um lado e, de outro, os que defendiam o surgimento da sociedade brasileira já como uma sociedade capitalista. No debate destes grupos, que significam a necessidade, para o primeiro, de uma ampla reestruturação no regime de posse da terra como forma de mudança societária e, para o segundo, unicamente a adoção de novas técnicas de produção, a hegemonia do segundo faz com que esta seja a opção adotada pelo Estado desde o início dos anos 1960 e continue sob Fernando Henrique e Luís Inácio.

A partir disto, o artigo demonstrou como o MDA utiliza a educação do campo para justificar sua política de negação da questão agrária e sua colocação no campo da emulação. Como visto se, para este, a questão da reforma agrária não é mais um “imperativo do desenvolvimento”, a educação é utilizada como forma de capacitar os sujeitos e povos do campo para um novo projeto produtivo, capacitando-os tecnicamente ou os empoderando politicamente para a exigência da reforma agrária, se assim estes o desejarem.

Não se tratando em momento algum de proposições morais, de discutir a justeza ou não de Programas de educação para os povos do campo, dada a necessidade histórica de sua concretização, mas de demonstrar a relação desta, na política pública, com a questão agrária, o artigo demonstra como a educação do campo no Brasil é utilizada, via MDA, supostamente incluindo-a em mais uma ação para uma “reforma agrária integral”, juntando-a políticas de saúde, habitação, transporte, crédito e comercialização, etc, para justificar a posição da gerência do Estado Federal atualmente em não reestruturar o regime de posse da terra no Brasil.

Referências

BASBAUM, L. **História Sincera da República**, 1.º v., 3.a edição, 1976, Editora Alfa-Omega, SP.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF. Núcleo de Estados Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, 2003.** Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Manual de Operações.** Brasília, 2004.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

DELGADO, G. C. **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual.** São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** São Paulo: Globo, 2004.

FORGEARD, G. Alternância e desenvolvimento do meio. In: **Pedagogia da Alternância – Alternância e Desenvolvimento.** I Seminário Internacional, Salvador, 03 a 05 nov. 1999.

GORENDER, J. **O Escravismo Colonial.** São Paulo: Ática, 1976.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1968.

GUIMARÃES, J. R. O cristianismo e a formação da moderna questão agrária brasileira. In: PAULA, D. G. de, STARLING, H. M. M., GUIMARÃES, J. R. (Orgs.). **Sentimento de Reforma Agrária, Sentimento de República.** Belo Horizonte: UFMG Editora, 2006.

HOROCHOVSKI, R. R. & MEIRELLES, G. &. **Problematizando o conceito de empoderamento.** In: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 25 a 27 de abril. Florianópolis. 2007.

MDA/NEAD. **A inserção do tema agrário nas estratégias de desenvolvimento.** Brasília, 2008.

MDA. **Congresso de ensino em alternância debate a educação no meio rural.** MDA Notícias. Disponível em: www.mda.gov.br/portal/saf/noticias/item?item_id=5485290. Acesso em 11/11/2010.

MUNARIM, A. **Movimento Nacional de Educação do Campo: um processo em construção.** Anped. 31ª Reunião Anual. Caxambu. 2008.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo.** 22 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. **A Revolução Brasileira**. 7a edição, São Paulo, Brasiliense, 1987.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Difel, 1982.